

## APRESENTAÇÃO

A primeira edição do ano de 2018 da Revista **(Re)pensando Direito** denota o compromisso do periódico com um debate acadêmico fecundo e qualificado em torno dos temas mais atuais que tocam a cena jurídica. Prova disso é que o periódico manteve-se no estrato B5 do sistema Qualis/Capes. Isso demonstra que a seriedade editorial do trabalho realizado e o compromisso de todos os colaboradores podem gerar resultados ainda mais positivos nas próximas avaliações, o que incessantemente tem sido buscado desde o primeiro número da Revista.

Em um ano que se prefaciou com tantos desafios e incertezas, com ansiedades que perpassam as fronteiras e reverberam em toda a comunidade internacional, a **(Re)pensando Direito** traz temas um tanto quanto atuais. O primeiro texto, de autoria de Diogo Basilio Vailatti e Arthur Bezerra de Souza Junior, revisita conceitos atemporais da filosofia kantiana, fundamentais à formação dos conceitos de ética e dignidade da pessoa humana. Posteriormente, o texto de Leonardo Goulart dos Santos aborda a distinção técnico-jurídica entre os institutos da convivência, do namoro e da união estável.

Marco Aurélio Oliveski, Sérgio Luis Allebrandt, Airton Adelar Mueller e Patrícia Oliveski pautam as políticas públicas de parcelamento e uso do solo urbano, tecendo sua análise a partir da recente Lei de Regularização Fundiária (Lei nº 13.465/17).

A escritora Cassandra Rios é oportunamente lembrada no quarto artigo deste volume em texto de autoria de Carla Dóro de Oliveira e Pamela Canciani, em um momento que infelizmente parece propício às discussões envolvendo o período ditatorial brasileiro.

O tema das questões de gênero também é retomado por Gabriel Maçalai e Bianca Strücker, no que se refere à sociedade da informação e a proliferação de heteronormatividades.

Fabio Michelin tece considerações sobre o *holding*, especificamente no que se refere à proteção patrimonial e ao planejamento sucessório das empresas familiares.

Thanderson Pereira de Sousa também traz o tema sempre atual e fundamental do instrumento do *habeas corpus*, analisando seu itinerário desde a Primeira República brasileira.

André Augusto Giuriatto Ferraço e Jaluzza Gazzoli Prando de Araújo estudam os reflexos da utilização de provas e decisões produzidas pelo tribunal marítimo na esfera judicial a partir dos impactos do Novo Código de Processo Civil.

Andressa de Bittencourt Siqueira da Silva debruça-se sobre o tema do direito de acesso à informação pública, especificamente no que se refere aos vínculos democráticos entre Brasil e União Europeia.

Por fim, Nadinajara Amaral dos Santos e Thiago Ribeiro encerram a sessão de artigos científicos com um texto igualmente relevante sobretudo na atual conjuntura política, envolvendo a cena trabalhista, discutindo a responsabilidade civil do empregador que causa empecilho ao retorno do empregado ao trabalho, após alta médica da previdência social.

Jardel Pereira da Silva, Teresinha Martins Pereira e Ramiro Ferreira de Freitas dão a cor e o tom da sessão destinada aos “ensaios”. Analisam, com base na Constituição Federal de 1988, os mecanismos de proteção e de defesa da democracia enquanto instrumentos para a prática da cidadania e o fortalecimento do regime democrático.

Finalmente, encerram este décimo quinto número as produções discentes dos alunos do Curso de Graduação em Direito da Faculdade CNEC Santo Ângelo. Alice Ferreira de Souza, Andrione Pedroso da Silva Garcia, Danielle Dal Santo Mota e Nathalia Pulcinelli de Araújo pautam a gestão e a liderança no mercado da globalização, perspectivando a importância do líder como um motivador. Por fim, Bruno Marasquin Rodenbusch, Clarissa Bohrer, Daiane Schneider Leviski, Elisa Cardoso Ferretti, Jordana das Chagas Simm e Silvana Mariano Quaresma contextualizam, da perspectiva jurídico-penal, a (ir)responsabilidade penal do psicopata, traçando também aspectos psicológicos relacionados.

E, para finalizar este breve introito, queremos deixar registrada nossa mais sincera gratidão pelas valiosas contribuições de todos os pesquisadores, alunos e comunidade acadêmica em geral, os quais contribuem (e seguem contribuindo) para o fortalecimento da **(Re)pensando Direito**.

Santo Ângelo/RS, junho de 2018,

***Os editores.***